

As possibilidades do cotidiano e da modernidade inconclusa na comunicação do movimento ambiental

The possibilities of everyday life and unfinished modernity in communication of the environmental movement

Katarini Giroldo Miguel¹

RESUMO

O presente trabalho visa situar o movimento ambiental no seio de uma modernidade inconclusa, estudando as particularidades do fenômeno e a incorporação do cotidiano na difusão das questões ambientais. A proposta é discutir a trajetória do ambientalismo neste contexto histórico-social, para, em seguida, entender a relevância e as possibilidades do cotidiano nos processos comunicativos e, então, proceder com exemplos específicos que possam ilustrar a relação do movimento ambiental com o cotidiano em uma sociedade em que a condição pós-moderna evidencia uma modernidade ainda inacabada, que merece um olhar atento.

Palavras-chave: comunicação, cotidiano, modernidade, movimento ambiental

ABSTRACT

The present research intents at reviewing the environmental movement within an unfinished modernity, studying the peculiarities of the phenomenon and the incorporation of everyday life in the diffusion of environmental issues. The proposal is to discuss the history of environmentalism in this socio-historical context, to then understand the relevance and possibilities in the communicative processes and then to proceed with specific examples that can illustrate the relationship of the environmental movement with everyday life in a society in which the postmodern condition highlights a still unfinished modernity, which deserves an attention.

Key-words: communication, everyday life, modernity, environmental movement

¹ Universidade Metodista de São Paulo. Rua Alfeu Tavares, 149. Rudge Ramos. 09641-000, São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: k-miguel@uol.com.br. Bolsista CNPq.

Apresentação

A questão ambiental vem se consolidando na sociedade moderna desde o século XIX, atingindo agendas públicas, empresariais e políticas e colocando-se como uma pauta primordial da contemporaneidade. O principal ator nesse cenário, o movimento ambiental, tornou-se referência, e é exaustivamente procurado como fonte de informações, formulador de conceitos, de novas diretrizes e pautas para a imprensa e sociedade. Entre as hipóteses para o êxito das organizações ambientalistas, estão suas práticas comunicativas, facilidade em informar a partir da produção de conteúdo próprio, atrativo, com uma linguagem acessível e com assuntos que se aproximam da realidade social. Nesse contexto, tem-se a ligação com a vida cotidiana para dar mais eficácia às mensagens. Há muito esse cotidiano vem sendo destacado e centralizado pelo movimento ambiental, que pretende, com isso, mais identificação do público, aderência e apoio à causa, e também mais benefícios ambientais, pensando aqui no propósito final dos grupos ambientalistas, ao menos teoricamente. Assim, é conveniente articular a vida cotidiana na comunicação produzida. Mas isso vem sendo feito? Qual seria, de fato, a relevância dessa empreitada?

É preciso, para isso, avançar na discussão teórica do movimento ambiental em si e do momento em que ele se encontra, focalizando-o como fenômeno de uma modernidade inacabada, inconclusa e, ainda assim, pós-moderna. Em seguida, o cotidiano deve ser avaliado neste período de condição pós-moderna, que chega antes mesmo da própria modernidade, como avalia Martins (2000). Coloca-se, então, na mesma arena o movimento ambiental, ou melhor, a informação ambiental que difunde e a vida cotidiana, para, a partir de exemplos reais, coletados nas divulgações realizadas pelas maiores ONGs (Organizações Não-Governamentais) do país, averiguar a articulação das temáticas com o cotidiano, mas, sem, contudo, fazer juízo de valor ou propor modelos de abordagem, e sim observar um fenômeno à luz de exemplos específicos. O caráter ensaístico do presente trabalho é necessário pela fragilidade inerente a uma nova abordagem, pela ausência de pressupostos rígidos, pelo campo que ainda deve ser explorado, mas que permite experimentações interessantes. Portanto, se descreve, discute, ilustra, preliminarmente, uma realidade bastante complexa e que demanda uma investigação mais aprofundada e sistemática, mas que traz indicativos importantes neste trabalho.

Movimento ambiental na modernidade inconclusa

Os antecedentes das ideias ecológicas são seculares, mas é a partir do século XIX que começam a ganhar forma e identidade, em um contexto em que a racionalização tornou a dinâmica social cada vez mais desvinculada do natural. Os conceitos ambientais começam a se consolidar no significativo período pós II Guerra Mundial, entre os anos 50 e 60 desta década, em meio a um processo intenso de artificialização, industrialização e avanços tecnológicos. Tavolaro (2001) investiga os movimentos ambientais como fenômenos da modernidade, com características complexas e plurais próprias do momento, buscando refletir categoricamente sobre a problemática ambiental imersa nas transformações das complexas sociedades modernas. A reaproximação com a natureza, depois de um longo período de distanciamento, acontece justamente “no interior de uma sociabilidade que tem a racionalização dos processos de reprodução material, de administração, de reprodução cultural como seu princípio básico” (Tavolaro, 2001, p. 18). Grupos específicos começam então a pregar o resgate do natural e a necessidade da preservação ambiental, sob a ótica das críticas contundentes contra a industrialização, a superexploração dos recursos naturais e a conseqüente iminência de desastres ambientais. Existe um reencantamento da natureza, que evidencia uma situação paradoxal e ao mesmo tempo peculiar ao movimento ambiental, que faz Tavolaro (2001, p. 131) questionar: “Não haveria algo de anacrônico no fato de associações ambientalistas se erguerem em busca da reconciliação do homem moderno e da natureza num período em que o processo de racionalização avançou a ponto de estruturar o funcionamento básico de nossa sociedade?”. Aliás, Martins (2000, p. 19) reconhece que o tema da modernidade está profundamente comprometido com a ideia de progresso, mas não se pode escamotear o aspecto transitório. “Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual”.

Tavolaro (2001) acredita que movimento ambientalista tem como um dos fundamentos de sua emergência a percepção de situações crescentes de incerteza e instabilidade, ou melhor, de “situações de risco”, apoiando-se no conceito de Niklas Luhmann. Aqui o risco está relacionado à normatividade das sociedades modernas: grau de desenvolvimento tecnológico e econômico, impacto

ambiental ocasionado, avanço científico, assim como a resposta e a preparação das sociedades a essas transformações, às incertezas do industrialismo, às situações de guerra, à própria sobrevivência. Se por um lado o desenvolvimento assegura calculabilidade e certa previsibilidade, por outro, as incertezas e a insegurança têm seu lugar cravado na modernidade, dando espaço às demandas estruturais propostas pelo ambientalismo.

Aqui, vale ressaltar que o resgate pregado pelo movimento não se restringe ao natural, mas abrange uma enorme carga de reivindicações que poucos movimentos sociais são capazes de incorporar, além de se apropriar da defesa da natureza artificial, ou seja, da condição urbana típica da modernidade. Existe, sim, a insegurança causada pelas transformações industriais e científicas, mas também o desconforto gerado pelo rompimento dos laços sociais tradicionais e pelo conseqüente processo de desintegração social que faz com que o movimento ambiental ganhe centralidade ao responder:

aos déficits de integração social característicos de um momento em que concepções de mundo tradicionais mostram-se ineficazes na tarefa de proporcionar o acervo cultural com base no qual as situações cotidianas possam ser interpretadas, num momento em que laços tradicionais foram rompidos e o quadro normativo deixa de criar expectativas de comportamento com base em determinações tradicionais... (Tavolaro, 2001, p. 152)

A relação do homem com a natureza está pautada na reprodução cultural, na integração social e na socialização, mas o homem moderno, segundo o autor, encontra-se, apoiado no nível de desenvolvimento das forças produtivas, imerso em tal processo de racionalização, que acolhe um conflito intenso entre o mundo natural não só modificado, como depredado.

Nas sociedades complexas, em que o indivíduo tem mais autonomia para transitar livremente no interior de suas esferas de reprodução cultural, integração social, busca de identidades, e em que a natureza transformada pode ser diversamente percebida, verifica-se a existência de setores que agem predatoriamente em relação à natureza, mas também de setores que resgatam o mundo natural, dotando-o de importância central para a vida social (Tavolaro, 2001, p. 38).

Este confronto, típico para Tavolaro (2001) da modernidade, indica para este trabalho a hipótese de uma

modernidade inconclusa que vai ao encontro da condição pós-moderna, delineada por Harvey (2004), e entendida não como uma transformação ou total ruptura, mas uma condição que evidencia reação, exaustão, afastamento, crise ou mesmo inconclusão do moderno – conceito não menos difuso. Harvey avalia que o modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário para dar lugar a uma ideologia reacionária e tradicionalista, e foi nesse contexto que emergiram movimentos contraculturais e antimodernistas nos anos 60, entre eles o ambiental, que carrega as reminiscências e contradições do período. A condição pós-moderna revela a perda de uma continuidade histórica, dos valores e crenças, além da falta de profundidade, da fixação nas aparências, nas superfícies e nos impactos imediatos, mas ainda assim é de difícil precisão e deixa questões em aberto. Seria o pós-modernismo um estilo? Ou deve-se avaliá-lo como um conceito periodizador dos idos de 60 e 70? Ele é revolucionário, pois contesta metanarrativas da razão iluminista, tais como marxismo, freudismo e se volta para outros mundos e vozes antes marginalizadas tais como mulheres, negros e gays? Ou, ainda, trata-se de uma comercialização e domesticação do modernismo, uma espécie de redução das aspirações que tanto pode solapar como se integrar a política neoconservadora, em uma época de pós-industrialização? (Harvey, 2004, p. 47)

Mas é certo, como Harvey reconhece e Certeau (1996) centraliza, que uma das características mais claras desse período de pós-modernidade (ou de modernidade inconclusa) é seu enraizamento na vida cotidiana. As maneiras de fazer cotidianas, do homem comum, das massas anônimas delineiam o espaço e o tempo também na questão ambiental. Tome como exemplo, parafraseando o texto de Soto (2009) – no qual estabelece um diálogo entre as obras de Martins e Lefebvre – as minorias, que são comumente atingidas pelos problemas ambientais, como são os casos dos indígenas e dos ribeirinhos, mesmo que não tenham compreensão sociológica ou histórica das questões ambientais, o cotidiano os faz perceber que seu mundo está acabando. Então, pessoas que estão no limite, acredita Martins, citado por Soto, têm uma visão bem diferente daquelas que estão integradas. O homem tradicional, com suas crenças e valores, é ameaçado pelo desenvolvimento capitalista típico dessa condição pós-moderna – ou modernidade inconclusa, como se prefere aqui.

A dominação da natureza, associada a sua apropriação, apesar de significar de imediato a transformação material para satisfazer as necessidades do indivíduo, apresenta-se incompatível com a propriedade privada do

solo, da terra, da água, por exemplo. Essa incompatibilidade, segundo Soto (2009), entre apropriação e destruição, dá lugar ao urbano, à cidade, reconstruindo a natureza artificial, que o autor denomina enquanto anti-natureza. “A cidade e o urbano anunciam e realizam uma segunda natureza automatizada que substitui e destrói a natureza original” (Soto, 2009, p. 11). Mas, nessa conjuntura, vale lembrar que os movimentos ambientais como catalisadores da modernidade conseguiram ressignificar esse espaço e defendê-lo no âmbito da natureza artificial, do meio ambiente urbano, pautas que já são bastante comuns para os movimentos ambientais.

Soto, a partir do diálogo que rege entre os autores, reforça o conceito de reprodução das relações sociais capitalistas, no foco do cotidiano, nas relações com a vizinhança, com a comunidade, e com a natureza, inclusive. Assim, a reprodução das relações sociais é realizada, principalmente, se não primordialmente, nas atividades da vida cotidiana, ou seja, por meio do lazer, da cultura, da escola, da universidade. É, portanto, provável e natural que o cotidiano integre as reivindicações ambientais, como se poderá notar a seguir.

O fato é que o ambientalismo garante uma sociabilidade característica dessa modernidade inconclusa, com estruturas complexas e contraditórias, como lembra Tavolaro (2001), que trazem a natureza enquanto objeto de discussão, de debate, de decisão, de reflexão, também como referência para relações e busca de identidade, balizando comportamentos em um mundo agora midiaticizado, em que as pautas ambientais são cada vez mais constantes e ganham espaço na sociedade, inclusive para a integração social e reprodução cultural. A trajetória do movimento ambiental merece mais algumas linhas para ilustrar esta condição de diversidade e modernidade (ou não), mas focada agora no aspecto da comunicação e da visibilidade.

Trajectoria e amadurecimento da luta ambiental

Historicamente, o ambientalismo remonta ao velho continente. Tavolaro (2001) informa que a primeira campanha pela proteção da vida selvagem se deu em defesa das aves marinhas, que eram abatidas por caçadores, ao longo da costa de Yorkshire, na Grã-Bretanha. Foi então

que, em 1867, os residentes da área fundaram a *Society for the Protection of Seabirds*, já fazendo uso de um jornal, no caso o *Times*, para divulgar e ampliar a campanha. Mas a primeira Conferência Internacional para debater o Meio Ambiente Humano só foi realizada bem mais tarde, em 1972, em Estocolmo, e buscava soluções técnicas para os problemas ambientais. Foi a partir de então, que a questão ganhou espaço e passou a ser pautada pelos órgãos nacionais e internacionais, passou a ilustrar TVs, rádios, jornais e se consolidar politicamente como um movimento de valores.

Em sua fase fundacional, os movimentos ambientais se restringiam a combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais, sem aliar à temática social, mas a década de 80 revelou outros desafios, como a superação da pobreza, a participação e o controle social do desenvolvimento. Segundo Tavolaro (2001) foi nesse momento que os grupos ambientais se consolidaram como um movimento social e conseguiram aliar-se a setores mais populares e adquirir uma perspectiva mais ampla, não defendendo apenas o verde e regiões selvagens, mas ambientes urbanos que estão longe de serem intocáveis, e trazem à tona a já citada “natureza artificial” (Tavolaro, 2001, p. 132). O *boom* do ambientalismo aconteceu em ocasião da Conferência Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, com proporções gigantescas: participação de 250 organizações, dois mil representantes de governo, 112 chefes de Estado e 7 mil jornalistas. A questão ambiental e, por consequência, os movimentos envolvidos foram colocados nos holofotes da mídia. A Rio+10 que aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, 10 anos depois, buscou reavaliar os compromissos firmados, e uma nova conferência, a Rio+20, acontece em junho de 2012, retornando à cidade do Rio de Janeiro. Esses eventos internacionais não só consolidaram a importância dos movimentos ambientais na agenda pública, como auxiliaram sobremaneira no progressivo amadurecimento das organizações que passaram a atender demandas específicas em meio a problemas complexos, e abranger a causa também para fatores sociais, econômicos e políticos.

Na opinião de Castells (2000) avaliando a produtividade histórica dos movimentos sociais, por seu impacto em valores culturais, o movimento ambiental foi o que adquiriu o maior destaque, devido a sua capacidade de se comunicar e por ter transpassado diversos setores da sociedade, atingindo plataformas políticas e empresariais. Mas ele alerta que o movimento nem quer e nem pode ser considerado uniforme; tem sua forma de manifestação em cada país e cultura. O autor define o ambientalismo

como formas de comportamento coletivo que atuam no discurso e na prática para corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural, mas com concepções diversas.

Ainda para Castells (2000, p. 12), o movimento ecológico foi o que mais questionou as condições presentes de vida e por isso estabeleceu-se com grande significância. “Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água”. Ele avalia que não há setor de lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar, daí o respaldo social que conquistou.

Tavolaro (2001, p. 19) tem a mesma opinião. O autor afirma que a denominação *movimento ambiental* carrega muita imprecisão, “tamanho o número de setores sociais passível de ser categorizado no seu interior”. Restringir a palavra *ambientalismo* também não seria a solução, haja vista a amplitude do conceito, que torna difícil, se não impossível, o delineamento. É nesse sentido que se sugere a denominação multissetorial, que contempla não só associações e entidades não governamentais, mas setores acadêmicos, comunitários, religiosos, políticos, empresariais, até agências estatais, educadores e comunicadores.

Para Tavolaro (2001) revela-se “novo” ambientalismo, que emerge na modernidade e reflete a pós-modernidade, em meio à artificialização intensa, abarca diversas vertentes e contextos, em um mundo complexo no qual também cabem mitos, sacralização e crenças imbricadas na própria dinâmica dos fenômenos ambientais e, mais diretamente, nos temores de uma catástrofe natural. O processo de racionalização, que está na base do mundo moderno, não trouxe apenas uma postura de subjugação à natureza, como lembra o autor (2001, p. 40), mas a “busca de um pretensão equilíbrio no convívio humano com a natureza”. O ambientalismo, então, nas democracias industriais avançadas, tem seu eixo reconfigurado para repensar o materialismo e o consumo excessivo que caracterizam as sociedades modernas.

Foi aí que para Dalton (1992) emergiu um novo movimento ambientalista, com uma nova consciência ecológica, apresentando um desafio tanto ao paradigma social dominante nas sociedades industriais avançadas, quanto aos métodos políticos próprios às democracias ocidentais. As associações ambientalistas Friends of the Earth e o Greenpeace são frutos desse momento, conforme define o autor. (Tavolaro, 2001, p. 147)

Na medida em que as organizações ambientais crescem, ampliam sua atuação, ganham mais notoriedade e visibilidade, devem estar mais comprometidas e focadas nas demandas da sociedade, trazendo as problemáticas para a realidade de seus públicos. Para um movimento que abarca as mais diferenciadas questões, é conveniente e responsável que se atente aos problemas locais, que pense o meio ambiente em grandes cidades e atue na melhoria da qualidade de vida, ou seja, crie identificação para ampliar a eficácia da sua mensagem – tarefa necessária em qualquer processo comunicativo. Nesse ponto entra a vida cotidiana, que será preciso compreender a partir de suas diferentes amarras e relações com essa modernidade inconclusa, galgada sob alcunha de pós-moderna.

O traçado do cotidiano

Voltando ao momento da emergência e da consolidação das questões ambientais e dos movimentos que atuam na causa, a modernidade, aqui vista como inconclusa, conceito compactado por Martins (2000, p. 50), coloca inúmeras hesitações que são pertinentes reiterar, “é como se fossemos pós-modernos antes mesmo de chegarmos à modernidade, há muito misturando numa colagem desarticulada tempos históricos e realidades sociais”. O autor fala também em modernidade anômala, por conta da falta de crítica, de autonomia em reconhecer que tudo é transitório, passageiro; “é modernidade, mas sua constituição e difusão se enredam em referenciais do tradicionalismo sem se tornar conservadorismo [...] estamos em face do inconcluso, do insuficiente, do postiço” (Martins, 2000, p. 54), que vai ao encontro da conceituação da pós-modernidade: uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico, enquanto rejeita representar e exprimir o eterno e imutável (Harvey, 2004, p. 111).

Em meio a essas propostas de enorme reflexão, Martins (2000) levanta, neste foco, a relevância do cotidiano como objeto de conhecimento da sociologia, da história, e por que não da própria comunicação. Na reprodução das relações sociais, há sempre produção de relações; mesmo no velho há certa criação do novo. É nessa dinâmica que se instalam as condições de transformações, de invenção, de ousadia ou mesmo de transgressão, coloca o autor. “É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (Martins, 2000, p. 57).

A vida cotidiana está diretamente relacionada ao senso comum, à rotina dos usos e costumes, aos aspectos repetitivos e rotineiros próprios à vida de todo o dia, do viver em casa, como afirma Martins (2000). Mas o autor alerta que o cotidiano não pode ser restrito ao banal, ao indefinido, situado exclusivamente ao que é íntimo ou familiar, mas ser observado como um momento qualitativo, objeto inclusive das mediações que edificam as construções históricas. Ele lembra que a vida cotidiana não é conceito, é, na verdade, processo que ganha especificidade a partir de orientações metodológicas e teóricas peculiares, que poderão ser mais bem entendidas a partir da obra de Heller (2008).

Para a autora a vida cotidiana é a vida de todo homem, que participa do dia-a-dia com todos os aspectos de sua individualidade e personalidade, colocando em funcionamento sua capacidade, habilidade, sentimentos, paixões, ideias e ideologias, e portanto é “atuante e fruidor, ativo e receptivo” (Heller, 2008, p. 31). Mas a cotidianidade demanda habilidade, amadurecimento que, segundo a autora, tem início nos grupos, seja escola, família, comunidades, que instituem a mediação entre os indivíduos e os costumes.

O cotidiano deve ser pensando a partir do indivíduo enquanto ser particular – o eu único com suas necessidades e paixões – e genérico, que transmite a substância humana e orienta-se pelo ‘nós’.

Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de duas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano, mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas a sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem na qual se forma sua consciência de nós. (Heller, 2008, p. 36)

O homem fragmenta-se em seus papéis, lembra a autora, coexistindo o particular e o genérico no cotidiano. Este cotidiano entremeado de questões próprias e abrangentes do ser que traz proximidade com a questão ambiental, na medida em que o tema da preservação ambiental remete a questões humano-genéricas, mas precisa atingir o particular, o individual, e vice-versa, visando, por exemplo, a adesão à causa ambiental e ao comportamento comprometido com o meio ambiente, como pregam as organizações ambientais. Em um trecho da obra de Heller, essa relação fica mais evidente, quando afirma

que as exigências e as normas éticas, por vezes, induzem o indivíduo a submeter sua particularidade ao genérico e convertê-la em motivação interior. A importância da moralidade tem relação direta com a cotidianidade, uma vez que quanto maior é a relevância dessa moral, do compromisso pessoal e/ou da individualidade em uma escolha, menos se pode falar em uma decisão cotidiana, ou seja, “quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade” (Heller, 2008, p. 39-40).

Ainda considerando o homem como um ser cotidiano, é difícil supor distinções entre decisões cotidianas e ou moralmente produzidas. As motivações particulares e genéricas por ora se encontram e se distanciam, como acontece na questão ambiental em que pessoas dedicadas à causa podem colocar o humano-genérico em primeiro plano ou apenas indicar uma performance de divulgação, uma decisão particular, individual.

Entre as características da vida cotidiana está a espontaneidade, suscitada tanto por estímulos particulares quanto genéricos, revelada pelos costumes, ritmos de vida, mas também por razões diferenciadas, que estão em constante alteração e, por isso, não conseguem expressar a totalidade ou mesmo a essência do sujeito. Além disso, o cotidiano não faz avaliações científicas, mas se utiliza de probabilidades, com unidade imediata de pensamento e ação, ou seja, orienta-se para a realização de atitudes pragmáticas. Há ainda outras questões próprias da ação cotidiana como o juízo provisório e os preconceitos que vão ao encontro da ultrageneralização, que são os preceitos que a prática confirma ou refuta durante um período de tempo e que serve para orientar comportamentos, assim como o precedente, que funciona também como um indicador de atitude, como explica Heller (2008).

Embora o cotidiano possa ser visto como trivial, como terreno propício para alienação, Heller só acredita nessa efetivação em determinadas circunstâncias sociais, momentos em que as ações corriqueiras podem ser converter em conformismo, e o indivíduo tornar-se sem núcleo, sem conflitos, perdendo a essência do humano-genérico, por exemplo.

Mas a autora ressalta que o homem pode ser completo na cotidianidade. Além disso, toda obra significativa, na visão de Heller, resvala na cotidianidade, se faz e desfaz nesse âmbito, deve sobreviver ao cotidiano para firmar sua existência. É nesse sentido, que se destaca ainda mais a importância do cotidiano nas questões ambientais. Mas quem são os sujeitos desse cotidiano? Como já citado,

tem-se no contexto ambiental as minorias que de fato vivenciam as problemáticas. Vale aqui, mesmo que sucintamente, lembrar Certeau (1996, p. 41), que aponta que “as ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”. O homem aqui é entendido como protagonista das versões da vida, há táticas, criatividade e ‘bricolagens’ nas práticas cotidianas, que não resultam em um modelo teórico, mas abrem possibilidades de observar o mundo, o pequeno grande mundo que se esconde entre anônimos, falas, movimentos, invenções e rede de indisciplina e subversões (Certeau, 1996). Assim, convém averiguar de que forma esses anônimos estão presentes na questão ambiental, se estão representados, se existe a resistência do outro, que não está no palco central, mas na vida habitual, em que “os mais fracos empreendem seus combates – silenciosos e sem propósitos políticos bem aceitos – para virar as regras de um contrato coercitivo favorável apenas aos fortes” (Sousa Filho, 2002, p. 6). É assim que Sousa Filho vê que Certeau oferece elementos para uma verdadeira teoria da contraparte da dominação, valorizando a análise da vida cotidiana e o homem, aparentemente sem qualidades, mas que compõe verdadeiros cenários de profundidade.

Arremate: o cotidiano na questão ambiental

O que se pretende neste espaço é levantar algumas pistas de como o cotidiano vem sendo incorporado pelo movimento ambiental. É fato que isso vem ocorrendo, até mesmo porque é vantajoso para o movimento difundir assuntos que geram identificação, que possam ser integrados no dia-a-dia e, portanto, possam ser mais facilmente assimilados. A questão principal aqui é de que forma isso vem ocorrendo ou como aspectos da cotidianidade são absorvidos pela comunicação praticada pelo movimento ambiental.

Para isso, foram coletados exemplos no portal/*homepage* institucional de três organizações ambientalistas diferentes, que ilustram de forma bastante pertinente essa investigação e podem revelar tendências, sendo a Fundação SOS Mata Atlântica, a WWF/Brasil e o Instituto Socioambiental (ISA), com observações realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2011. São ONGs (Organizações Não-Governamentais) com longa atuação,

mais de 20 anos, de espectro nacional e internacional, que trabalham com sistema de filiados, portanto devem se aproximar e mesmo captar mais seguidores e apoiadores. Além disso, foram espaços nos quais se observou mais preocupação em trazer as questões ambientais para o cotidiano dos diversos públicos, com linguagem coloquial, referências diretas, detalhamento nas abordagens.

O primeiro exemplo foi retirado do blog da Fundação SOS Mata Atlântica (<http://www.sosma.org.br/blog/>), organização que trabalha especificamente com recuperação de áreas do bioma atlântico, e traz como um de seus slogans principais “A mata atlântica é aqui” – perspectiva que tem como fio condutor evidenciar que se vive, mora, trabalha na mata e, por isso, é importante preservá-la. A campanha específica que se explorou aqui reitera ainda mais essa ligação, “Sua mata, Sua casa”, é uma exposição itinerante para celebrar os 25 anos da Fundação, e tem como objetivo “despertar a consciência de que a Mata Atlântica está diretamente relacionada ao dia-a-dia dos brasileiros, mesmo – e especialmente – nas grandes cidades”. É nítida a vinculação com o cotidiano moderno (inconcluso), trazendo a questão natural para as grandes cidades, para o tal meio ambiente urbano. O conteúdo é voltado para a população, ou melhor, para o público leigo ter informações sobre comportamentos “corretos”, sobre o que fazer para contribuir com a preservação ambiental. E a relação não para por aí. A exposição é realizada colocando a Mata Atlântica em uma casa, integrando um lar, evidenciando que a mata está presente em todos os espaços e, nesse contexto, entrecruza elementos urbanos com aspectos mais tradicionais, combinando códigos diferentes, o que é típico no ambiente pós-moderno da modernidade inconclusa, lembrado por Martins (2000, p. 53) como a “tradição que agrega fragmentos do moderno”. Por exemplo: os muros externos da casa apresentam grafites com motivo ambientais, a cozinha traz variedade de frutas e alimentos nativos, “os artesanatos revelam a diversidade cultural dos povos da Mata Atlântica”. Quem são esses povos? o comum? o anônimo? Não fica claro, mas vale colocar que o blog conta com galeria de imagens de diferentes pessoas, representantes ou não da Mata Atlântica, mas que não são sequer identificadas. O local ainda conta com um espaço interativo para os visitantes se informarem sobre as características dos animais nativos, a partir de *Ipads* e mapas *touch-screen*, nos quais o visitante pode navegar, virtualmente, pelos remanescentes de Mata Atlântica. O contraste é latente e, ao mesmo tempo, curioso – o tecnológico típico da condição pós-moderna se encontra com o tradicional, com o natural em sua essência.

Em outro exemplo, da ONG WWF (www.wwf.org.br/participe/dicas), um conteúdo chama atenção no portal institucional “Dicas: como você pode ajudar o meio ambiente”. Na introdução, o texto já informa: “A consciência ambiental e a conservação da natureza devem ser exercitadas não só pela sociedade, mas também por cada um de nós em nosso cotidiano. Ao fazer nossa parte em casa, no trabalho e mobilizando as pessoas que nos são próximas, estamos colaborando para um planeta mais saudável”.

Essa proposta de proximidade não é um exemplo isolado; vem tornando-se uma construção típica do movimento ambiental, que pretende, de fato, se aproximar do cotidiano, do habitual dos públicos, mas acaba por pregar uma responsabilidade individual quase que exclusiva, que precisa ser colocada em xeque, considerando que a problemática ambiental tem caráter político. O discurso corrente prega que o cidadão deve fazer sua parte para salvar o meio ambiente, o que aproxima do cotidiano, do humano-genérico, buscando motivações interiores e particulares para contribuir com uma causa ampla. No caso, as dicas difundidas pela WWF permeiam a coleta seletiva, economia de água, energia, consumo responsável, transportes e até como ajudar a combater as mudanças climáticas. O foco no indivíduo é claro em abordagens como “o que eu posso fazer para evitar o tráfico de animais”. Em um dos enfoques a questão se mostra mais abrangente: “Evite e denuncie o desperdício de água pública”. As dicas são de ações simples, que podem ser realizadas no cotidiano e, segundo o portal, podem fazer grande diferença, como no exemplo: “Evite utilizar a mangueira para limpar jardins, calçadas, passeios e quintais. Use uma vassoura para executar essa tarefa. É mais rápido e não gasta água”. Aqui o cidadão comum é valorizado, sua ação tem influência direta, portanto, deve assumir responsabilidades em ações simples e corriqueiras. Vale a ressalva aqui, conforme Heller (2008), que o cotidiano tende a alienar, mas também pode emancipar. Mas é, de fato, dúbio esse mote de responsabilizar o indivíduo na tentativa de trazer à questão ambiental à realidade do cotidiano.

E, no último exemplo, tem-se mais uma campanha, desta vez do Instituto Socioambiental (www.mananciais.org.br). Novamente, o foco são as grandes cidades e o meio ambiente no espaço urbano cotidiano, mas entendido como o habitual, o ordinário, e não com a apreensão necessária. A campanha “De olho nos mananciais” se define como um canal aberto para debater, informar, acompanhar e proteger as fontes de água que abastecem as grandes cidades. Entre os objetivos estão

mobilizar os consumidores de água para recuperação dos mananciais, “fornecer dicas de consumo responsável que possam ser adotadas no cotidiano das pessoas” e “conscientizar as pessoas de que a conservação da água é uma responsabilidade de todos”. O atrelamento com o cotidiano é diretamente citado, provocado, valorizado como um fator positivo para a problemática ambiental. O portal da presente campanha incorpora elementos dos outros dois exemplos já citados – coloca o meio ambiente urbano em primeiro plano e quer aproximar as questões com identificações no dia-a-dia, com dicas simples que podem contribuir com a questão ambiental. O site tem o funcionamento de uma comunidade virtual com pouco mais de 180 membros, em que é possível ter informações sobre a situação ambiental dos rios e córrego que abastecem diversas cidades apenas informando o CEP para localização, evidenciando a importância de dados, teoricamente simples, mas pouco conhecidos e acessados. Os integrantes desta rede podem deixar recados, impressões, opiniões, e ficam em destaque na página. Os espaços são simples, mas oferecem possibilidade de participação para o cidadão comum, dão voz aos anônimos, que podem fazer intervenções pertinentes e levantar debates.

Com essa exploração inicial, é possível observar que o movimento ambiental destaca-se como um fenômeno típico da modernidade inconclusa ou daquela condição pós-moderna que não tem receio em fazer colagens de espaço e tempo, com estratégias pluralistas, orgânicas e tecnológicas, tradicionalistas e imagéticas. Transita com facilidade entre o velho e o novo, haja vista a proposta da casa da Fundação SOS Mata Atlântica, transforma a tradição e a busca de raízes em mercadoria ou pastiche, ou seja, são produzidos simulacros para evocar imagens de um passado prazeroso que se quer retomar, como lembra Harvey (2004).

O cotidiano, visto como a vida de todo o homem, em que o particular e o genérico coexistem, não só é abordado pela questão ambiental como bastante valorizado, ainda que a compreensão desse cotidiano seja reduzida, forjada para difundir melhor a mensagem. Se o pensamento cotidiano pode ser pouco elaborado, imediatista, é também cenário de construções importantes, oferece elementos para emancipação e consegue, como colocam os autores avaliados no presente trabalho, integrar uma historicidade importante. Além disso, é fato que a eficácia da mensagem é mais certa quando se liga ao elemento cultural do cotidiano. Nesse contexto, o movimento ambiental utiliza ora com propriedade, aproximando a questão ambiental, fornecendo informações e conhecimentos

importantes, ora com deslizes ao reduzir o problema à ação individual.

Pensando ainda que os personagens desse cotidiano são homens comuns, assim como quem mais sofre e se beneficia com a preservação ambiental são justamente aqueles que estão à margem, o movimento ainda não consegue representar plenamente esse cidadão em suas práticas comunicativas, uma vez que apenas dá espaço e oferece participação àquele cidadão com habilidades, que acessa a internet e participa das redes. Utiliza-se desses anônimos para ilustrá-los como representantes de comunidades, mas não os identifica. Ainda que possam de fato atuar diretamente com esse homem comum, em vez de ações socioambientais em comunidades tradicionais, como as organizações anunciam entre seus objetivos; ele não ganha centralidade na prática comunicativa, mesmo sendo o sujeito quem tem a sensibilidade cognitiva para as problemáticas. Em suma, as problemáticas ambientais se estabelecem mais no senso comum, nas práticas cotidianas e menos nas grandes narrativas. As organizações ambientais, em partes, entenderam isso e utilizam dessa mediação para difundir com mais precisão suas mensagens e campanhas.

Não se pretende chegar a conclusões ou considerações a respeito das abordagens realizadas, mas, sim, elaborar uma nota de rodapé para os próximos estudos.

Referências

BLOG SOS MATA ATLÂNTICA. 2011. *Exposição itinerante A Mata Atlântica é Aqui*. Disponível em <http://www.sosma.org.br/blog/> Acesso em: 30/01/2012.

CASTELLS, M. 2000. *O poder da identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, 2. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 532 p.

CERTEAU, M. 1996. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. 3ed. Petrópolis, Editora Vozes, 352 p.

DE OLHO NOS MANANCIAS. 2011 *Home*. Disponível em: <http://www.mananciais.org.br> Acesso em: 30/01/2012

HARVEY, D. 2004. *Condição Pós-Moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13 ed. São Paulo, Edições Loyola, 352 p.

HELLER, A. 2008. *O cotidiano e a História*. 8 ed. São Paulo, Paz e Terra, 158p.

MARTINS, J. de S. 2000. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 176 p.

SOTO, W.H.G. 2009. *A modernidade inconclusa: um diálogo crítico entre Henri Lefebvre e José de Souza Martins*. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/13_6_2009_18_36_15.pdf. Acesso em: 21/07/2011.

SOUSA FILHO, A. 2002. Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. *Sociabilidades*. 2:129-134.

TAVOLARO, S. 2001. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo, Anablume/Fapesp, 226 p.

WWF Brasil. 2011. *Dicas Verdes*. Disponível em <http://www.wwf.org.br/participe/dicas> Acesso em: 30/01/2012.

Submetido: 31/01/2012

Aceito: 21/05/2012